

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei 22//2022

**Relatório**

Trata-se de Projeto de Lei que visa alterar a redação do art. 182 do Código Tributário do Município, implementando a não incidência tributária à espécie que delimita e dá outras providências.

Compete a esta Comissão nos termos do artigo 53 do RI, manifestar-se quanto ao aspecto legal e jurídico da proposição.

**Fundamentação**

De autoria do Prefeito Municipal o projeto em estudo visa alterar a redação do art. 182 do Código Tributário do Município, implementando a não incidência tributária à espécie que delimita e dá outras providências.

Trata-se de matéria de competência do município conforme art. 30, I e III da CF/88 e art. 15, I e VII da Lei Orgânica Municipal.

A Lei Orgânica Municipal traz a taxa como um tributo municipal em seu art. 127 e a proposição visa acrescentar um parágrafo único ao artigo 182 do CTM, estabelecendo que quando o protocolo de documentos for implementado via eletrônica /virtual, não haverá a incidência da taxa constante no inciso V, " taxa de protocolo".

A alteração é coerente com a nova realidade dos processos administrativos que cada vez mais deixam de ser constituídos fisicamente para serem constituídos digitalmente / virtualmente, o que de fato não justifica a cobrança de taxa de protocolo pois com isso não há a despesa do poder público com papel, impressão, pessoal específico para a movimentação do processo, razões pelas quais se cobra a taxa de protocolo.

**Conclusão**

Considerando que o projeto atende o art. 15, I e VII da LOM e traz um benefício para o cidadão, somos pela sua legalidade.

À consideração do plenário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pará de Minas, 10 de fevereiro de 2022.

  
Vereador Relator Marcio Lara

  
Vereador Presidente Balthazar Rodrigues Filho

  
Vereador Vice-presidente Luis Lima